



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 -3º andar - CEP: 30.130-005 - BH-MG

<http://www.tjmg.gov.br/colégiopresidentes/> - e-mail: [colpres@tjmg.gov.br](mailto:colpres@tjmg.gov.br)

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6293 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata do 71º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça realizado na cidade de Boa Vista, Roraima, nos dias 27, 28 e 29 de julho do ano de 2006, sob a Presidência do Desembargador José Fernandes Filho. A abertura solene realizou-se no salão nobre do Fórum Advogado Sobral Pinto, fazendo uso da palavra o Desembargador José Fernandes Filho, o Dr. João Felix, Procurador Geral do Estado, representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e o Desembargador Mauro Campello, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima. O Desembargador José Fernandes Filho discorreu sobre os relatórios circunstanciados a serem encaminhados pelos Tribunais ao Conselho Nacional de Justiça, atendendo determinações das Resoluções nº 13/06 e 14/06. Em seguida, o Colégio elegeu por aclamação os Desembargadores Milton Nobre e Celso Limongi para compor a Comissão Executiva nas vagas decorrentes das renúncias dos Desembargadores Eugênio Tedesco e José Eduardo Grandi Ribeiro. À unanimidade, o Colégio fixou o mandato da atual Comissão Executiva em 2 (dois) anos, contados do dia 27 de julho de 2006. O Presidente da Comissão Executiva deu a conhecer aos Presidentes os temas tratados com a Ministra Ellen Gracie. O Desembargador Claudionor Duarte discorreu sobre custas e emolumentos, noticiando sobre a ADI nº 2129; o Desembargador Rêmolo Letteriello discorreu sobre a conta única, enquanto o Desembargador Milton Nobre explanou sobre fundos de reaparelhamento. O Colégio constituiu uma Comissão para elaborar normas a respeito do fundo de reaparelhamento, da conta única e das custas e emolumentos, constituída pelos Desembargadores Rêmolo Letteriello, que a presidirá, Milton Nobre, Jurandir Lima e Raimundo Vales; constituiu-se também uma comissão para o tema das férias individuais e os problemas delas decorrentes, integrados pelos Desembargadores Jamil Macedo, Hugo Bengtsson e Dalva Delfino; o Desembargador José Fernandes noticiou a respeito do julgamento no Supremo Tribunal Federal do Mandado de Segurança nº 24875 sobre a irredutibilidade de vencimentos e da ADC nº 12, a respeito do nepotismo no Poder Judiciário. O Desembargador José Fernandes prestou contas da movimentação dos recursos financeiros do Colégio, encarregando-se de trazê-las discriminadamente na próxima reunião do Colégio para conhecimento mais profundo de seus integrantes. Constituiu-se também a Comissão Nacional de Informática das Justiça Estaduais, anteriormente presidida pelo Desembargador Eugênio Tedesco, que passou a ser constituída pelos Desembargadores Marilza Maynard, Jorge Góes, Celso Limongi, Hugo Bengtsson, Marco Antônio e Jamil Macedo, sob a Presidência deste, que reunir-se-á em Goiânia, em data a ser oportunamente determinada. O Colégio aprovou uma moção de solidariedade ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em face da lei que congelou por quatro anos o orçamento do Estado, inclusive do Poder Judiciário. O Colégio delegou ao Tribunal



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 -3º andar - CEP: 30.130-005 - BH-MG

<http://www.tjmg.gov.br/colégiopresidentes/> - e-mail: [colpres@tjmg.gov.br](mailto:colpres@tjmg.gov.br)

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6293 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

de Justiça do Rio Grande do Sul a indicação do representante, titular e suplente, para integrar o Comitê Nacional para Prevenção e Controle de Tortura no Brail - CNPCT. O Desembargador Jorge Góes anunciou a realização do próximo encontro em Boa Vista, digo Vitória, Espírito Santo, comprometendo-se a comunicar previamente a data de sua realização. O Colégio elaborou a Carta de Boa Vista, recomendando a sua ampla divulgação pelos Tribunais. Foram ainda aprovadas proposições, respectivamente, do Desembargador José Fernandes e Caio Alencar, no sentido de consignar na ata moções de congratulações ao Tribunal de Justiça de Rondônia, na pessoa de seu Presidente, Desembargador Sebastião Chaves, pela iniciativa de instalação do Curso de Mestrado em Gestão Administrativa dos Tribunais e pela passagem de aniversário do Tribunal de Justiça de Roraima, pelos seus 15 anos de existência.

Seguem assinaturas.